



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Novembro/2009



APRESENTAÇÃO

Este processo de mudança, somado às exigências do Ministério Público Federal – MPF, do Tribunal de Contas da União – TCU, e à determinação do governo de integração de políticas, levou o INCRA a propor ao Ministério do Meio Ambiente – MMA a realização de oito oficinas regionais para discutir o Plano de Ação Ambiental – PAA deste Instituto, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica para a Agenda de Sustentabilidade Ambiental – TAL Ambiental.

Projeto TAL Ambiental apóia ações de sustentabilidade ambiental na formulação, desenvolvimento e implementação das políticas do Governo Federal.



APRESENTAÇÃO

A exigência do licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, estabelecida e detalhada, respectivamente pelas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e nº 289/2001, e também a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 2003, entre MDA/INCRA e MMA/IBAMA com o objetivo de buscar a regularização do licenciamento ambiental, enquanto instrumento de defesa e preservação do meio ambiente.

Esta Resolução foi substituída pela de nº 387/2006, em consequência do Seminário Nacional sobre licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária promovido pelo MMA e do grupo de trabalho instituído no âmbito da Câmara Técnica do CONAMA.



OBJETIVO DAS OFICINAS DE LICENCIAMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:

- conhecer o Plano de Ação Ambiental do INCRA para efetivar o licenciamento e o desenvolvimento ambiental sustentável dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e discutir estratégias para a sua implementação; e
- identificar problemas e soluções regionais para o licenciamento e adequação ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

ORGANIZAÇÃO: Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, Departamentos de Licenciamento e Avaliação Ambiental – DLAA e de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS do MMA

COORDENAÇÃO: INCRA e MMA

PERÍODO: agosto a novembro de 2008.

- **LOCAIS DAS OFICINAS**

Quadro 01 - Cidades sede e Estados participantes das oficinas e datas

Cidade/UF	Data	Estados participantes
Florianópolis/SC	14 e 15 /08/ 2008	Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
Rio de Janeiro/RJ	28 e 29 /08/ 2008	Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo
Fortaleza/CE	11 e 12 /09/ 2008	Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba
Maceió/AL	25 e 26 /09/ 2008	Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco
Manaus/AM	09 e 10 /10/ 2008	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima
Belém/PA	23 e 24 /10/ de 2008	Pará e Amapá
Campo Grande/MS	13 e 14 /11/ de 2008	Mato Grosso do Sul, Tocantins e Mato Grosso
Brasília/DF	20 e 21 /11/ de 2008	Distrito Federal e Goiás
Belo Horizonte/MG	2º bimestre de 2009	Minas Gerais





As oficinas mobilizaram cerca de **500 participantes** entre os diversos órgãos envolvidos com o licenciamento ambiental e a sustentabilidade dos PA.

Estiveram presentes técnicos e Dirigentes das:

- **Superintendências Regionais do INARA**
- **Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMA**
- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**
- **MMA**
- **Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária do Ministério da Saúde – CGPNM/MS**
- **Movimentos Sociais: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF.**
- **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio**
- **MPF**
- **Ministério Público Estadual**
- **TCU**
- **Secretarias de Saúde dos Estados Amazônicos**



Os problemas identificados nas oficinas estaduais, foram aglutinados em eixos e tiveram como critério de aglutinação a gênese do problema. Identificou-se, desta forma, seis eixos:

- **Capacitação Institucional;**
- **Articulação Institucional;**
- **Aspectos Normativos;**
- **Passivo Ambiental;**
- **Capacitação e Extensão Rural; e**
- **Modelo de Assentamento.**



DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS EIXOS AGLUTINADORES.

- **EIXO 1. Capacidade Institucional**

- ✓ São carências presentes nas instituições envolvidas direta ou indiretamente com o processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária. As fragilidades identificadas são de caráter financeiro, logístico, recursos humanos, recursos técnicos, entre outras.

- **EIXO 2. Articulação Institucional**

- ✓ São questões que extrapolam a gerência operacional das instituições isoladamente, pois dependem de decisões e ações de outros órgãos envolvidos nos processos de licenciamento ambiental. Neste eixo estão elencadas as dificuldades na obtenção das certidões municipais e baixa articulação e integração institucional, entre outras. Consideram as questões que, mesmo normatizadas, não são aplicadas, e também aquelas não normatizadas que dependem de decisões interinstitucionais.





- **EIXO 3. Aspectos Normativos**

- ✓ Trata de diversos aspectos como, indefinição e ausência de procedimentos e responsabilidades, nas instituições e entre elas, necessidade de revisão e criação de normas adequadas, excesso de burocracia, prazos exíguos e o custo elevado das licenças ambientais.

- **EIXO 4. Passivo Ambiental**

- ✓ São problemas relativos à Reserva Legal – RL e às Áreas de Preservação Permanente – APP no que se refere ao não atendimento das condicionantes exigidas no processo de licenciamento ambiental. Relata questões que vão da ausência à insuficiência destas áreas, à ocupação inadequada, à aquisição de imóveis com passivo ambiental e ao alto custo para recuperação.



- **EIXO 5. Capacitação e Extensão Rural**

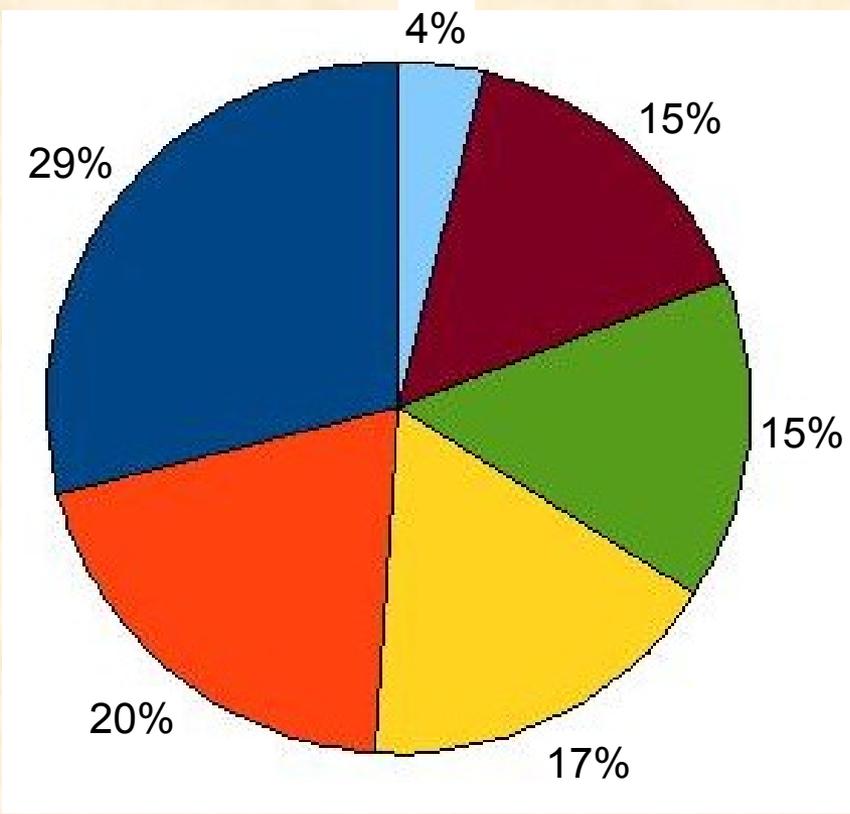
- ✓ São as carências dos assentados relativas ao acesso à extensão rural e, dos técnicos de assistência técnica e extensão rural (ATES), no que diz respeito à capacitação, conhecimento tecnológico e metodológico. São reportados a esse eixo problemas como: baixa capacitação técnica, baixo conhecimento sobre a reforma agrária, desconhecimento de normas e do licenciamento, deficiência do sistema de ATES, desconhecimento das famílias sobre o licenciamento e questões ambientais até a ausência de educação ambiental.

- **EIXO 6. Modelo de Assentamento**

- ✓ São questões referentes à necessidade de implantação de modelos de assentamentos da Reforma Agrária mais adequados às características ambientais regionais, às aptidões agrícolas e econômicas das diversas regiões do país.



EIXOS AGLUTINADORES.



- Capacidade Institucional
- Articulação Institucional
- Aspectos Normativos
- Passivo Ambiental
- Capacitação e Extensão Rural
- Modelo de Assentamento



Recomendações:

- **Eixo 1 - Capacidade Institucional** (29% dos problemas identificados)
 - 1) Ação política de âmbito federal: Elaboração de um Plano de Ação que assegure previsão orçamentária, alocação de recursos humanos e qualificação do sistema de gestão ambiental dos assentamentos, incluindo os OEMA.

- **Eixo 2 - Articulação Institucional** (20%):
 - 1) Instituição de fóruns estaduais interinstitucionais de apoio ao Plano de Ação Ambiental do INCRA; e

 - 2) Articulação das instituições envolvidas na gestão ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.



Recomendações:

- **Eixo 3 - Aspectos Normativos (17%)**

- 1) Verificação da aplicação da Resolução Conama nº 387/2006 nos procedimentos de licenciamento ambiental nos Estados; e

- 2) Avaliação das normas estaduais visando a redução de custos, ampliação dos prazos de validade das licenças, bem como a harmonização com a Resolução Conama nº 387/06.

- **Eixo 4 - Passivo Ambiental (15%)**

- 1) Inclusão do levantamento da situação das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no Plano de Ação Ambiental do Inara; e

- 2) Estabelecimento de ações coordenadas com vistas à regularização do passivo ambiental dos assentamentos de reforma agrária.



Recomendações:

- **Eixo 5 – Capacitação e Extensão Rural (15%) :**

- 1) Qualificar a política de capacitação do INCRA contemplando a dimensão ambiental;
- 2) Ampliar a dimensão da sustentabilidade ambiental no Programa de ATES;
- 3) Assistência técnica continuada; e
- 4) Montar um programa de capacitação específico para o Sistema de Gestão da Informação e Geoprocessamento.

- **Eixo 6 – Modelo de Assentamento (4%):**

- 1) Promoção de eventos com a finalidade de discutir os modelos de assentamentos atuais e propor novas modalidades mais adequadas ambientalmente em nível de biomas; e
- 2) Levantamento de assentamentos adequados ambientalmente que sirvam de parâmetro às discussões às novas modalidades.



ENCAMINHAMENTOS:

- Encaminhar aos órgãos competentes (OEMA, SR ,entre outros) o relatório para conhecimento e providências.
- Criação de GT interinstitucional de caráter federal e estadual para acompanhar a execução das propostas sugeridas, caso aprovadas pelo órgão competente.
- Apresentar na plenária do CONAMA o resultado deste trabalho.
- Realização de oficinas estaduais para aprofundar as discussões da viabilidade e implementação das soluções apresentadas.



RESULTADOS ALCANÇADOS A PARTIR DAS OFICINAS:

- ✓ Uma das poucas oportunidades na qual se reuniram os diferentes agentes do processo de implementação de políticas públicas, no caso da gestão ambiental, onde estavam presentes os gestores da política (INCRA e OEMAs), os beneficiários (assentados e movimentos sociais) e os responsáveis pelo seu controle e fiscalização (TCU, MPF e MPE), dispostos a discutirem o licenciamento e a sustentabilidade dos Assentamentos de Reforma Agrária;
- ✓ Proporcionou de imediato a aproximação, aprofundamento das discussões e abertura do diálogo entre os órgãos e entidades participantes possibilitando um aumento no número de licenças ambientais solicitadas e expedidas;





✓ Propiciou a montagem de uma rede de contatos entre os atores envolvidos diretamente no licenciamento dos projetos de assentamentos, fundamental à melhoria das relações institucionais, apresentando resultados práticos de negociações, acordos e termos de cooperação entre os gestores da Reforma Agrária e da Política Ambiental, e ainda, a troca de informações e alterações de procedimentos dentro do próprio INCRA;

➤ Fomentou a formulação de Planos de Ação Ambiental qualificados em todas as Superintendências Regionais do INCRA;

➤ Formalização de TAC em Minas Gerais;

➤ Formalização de TCT em Mato Grosso;



Muito Obrigado!

Leonarda Cristina Melo Rufino de Sousa

- **Divisão de Gestão Ambiental**
- **Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos**

(61) 3411 7453

leonarda.sousa@incra.gov.br